

Notas sobre a hegemonia da ideologia do desenvolvimento e seus impactos na análise da conjuntura brasileira

Fernando Correa Prado*

Entre o equívoco teórico e o desvio prático existe uma simbiose.
Ruy Mauro Marini, “O movimento revolucionário brasileiro”, 1971.

Introdução

No campo ampliado da esquerda brasileira – progressista, socialista e comunista – parece haver uma chave predominante para analisar a conjuntura atual: a chave do “retrocesso histórico”. É evidente que, neste campo da esquerda, estamos sofrendo uma derrota estratégica, e como parte desta derrota vivenciamos diariamente *retrocessos* em termos de direitos conquistados com muita luta no passado. Contudo, consideramos que tomar esse elemento como característica fundamental da conjuntura tem relação com a ideologia do desenvolvimento e traz consequências políticas problemáticas ao informar práticas equivocadas para o próprio campo da esquerda.

As análises pautadas pelo sentido de “retrocesso” parecem não tomar em profundidade o movimento recente da história, vendo assim a conjuntura como se os retrocessos tivessem começado com o golpe de 2016, após ter sido interrompido o processo de desenvolvimento. No campo da esquerda progressista, e com impactos sobre a esquerda em geral, parece haver uma percepção de que o período histórico entre 2002 a 2016 teria retomado o *processo* de desenvolvimento após a “década perdida” e o “período neoliberal” dos anos 1980 e 1990, a partir do *projeto novo-desenvolvimentista* da segunda metade dos anos 2000, que teve um percalço e consequente interrupção derivada da crise de 2007-2008 nos Estados Unidos e seus impactos no Brasil. Neste e em outros sentidos, certamente o golpe sinaliza uma ruptura no período histórico, mas é preciso analisá-lo, evidentemente, também como desdobramento do período anterior, como parte do *desenvolvimento* capitalista no período anterior. Neste sentido, muito mais do que a interrupção do desenvolvimento, o golpe parece sinalizar, pois, alguns esgotamentos históricos, entre os quais o esgotamento da estratégia democrático-popular¹.

Um segundo problema que se coloca a partir da chave do “retrocesso” é o uso de excessivo das metáforas relativas ao passado para analisar a conjuntura atual. Por exemplo, num twitter Guilherme Boulos afirma: “Temer fez o Brasil retroceder aquém da Era Vargas, à República Velha.

* Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

¹ Assim como o golpe de 1964 representou o esgotamento da estratégia democrático-nacional. A pulverização das organizações e a dificuldade de unidade tática entre elas parecem ser sintomas desse processo. Sobre a atual derrota estratégica, ver o livro *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*, organizado por Mauro Iasi, Isabel Figueireiro e Victor Neves (2019).

Agora, com Bolsonaro, a meta é Dom Pedro I'. Claro que se trata apenas de um mero twitter e, mais importante ainda, que todo entendimento conjuntural acaba se utilizando de períodos passados para entender o presente. Mas a predominância dessa chave na militância faz esquecer que a história não anda para trás e perde-se de vista a necessária busca por compreender as características novas na conjuntura, *fruto do desenvolvimento capitalista do período anterior*. Neste sentido, além do elemento de esgotamento da estratégia democrático-popular, parece que estamos vivendo um processo de reconfiguração do padrão de reprodução do capital e é preciso tentar compreender a especificidade desta conjuntura. A questão é que a chave do retrocesso, na predominância de um entendimento de “volta ao passado”, acaba por dificultar esse entendimento, já em si complicadíssimo.

Tudo isso remete à conjuntura do golpe de 1964 e o entendimento desenvolvimentista na época, condensado por Celso Furtado, na tese da “pastorização” e “estagnação” do Brasil, por exemplo (1968; 1979). Em contraposição, numa análise mais correta da conjuntura daquele então, estava a percepção do Theotônio dos Santos, em *Socialismo o fascismo. O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano* ([1978] 2018, p. 17-18), por exemplo, quando afirmava:

Inaugurava-se uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular. [...] Nossas teses, desenvolvidas em comum [com Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini] posteriormente, colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico.

Do que se tratava naquele então não era de uma “estagnação” ou de uma “trava ao desenvolvimento”, mas de uma reconfiguração de sua forma capitalista, de um “novo caráter da dependência”. Tal como atualmente. E é preciso conseguir identificar as tendências dessa reconfiguração do capitalismo dependente no Brasil.

Pois bem, claro que ninguém (ou quase ninguém) atualmente coloca a culpa do golpe na sobrevivência do feudalismo, mas seguem indicando como elementos explicadores da conjuntura o “atraso”, a “dependência externa”, as “forças retrógradas”, as “oligarquias”, as “elites do atraso” e, mais que nada, o “imperialismo”. Exemplo disso é o documento *Consenso de Nuestra América*, elaborado no encontro do Fórum de São Paulo, em Manágua, quando afirma que: “El imperialismo y las oligarquías constituyen nuestros principales adversarios, condicionantes de nuestros problemas fundamentales y creciente amenaza a los fundamentos de la civilización y la sobrevivencia de la especie humana”. E mais adiante afirma também: “El imperialismo y las oligarquías locales han avanzado en la aplicación de una ofensiva dirigida desde Washington, con especial impacto en los países gobernados por el la izquierda. Se aplica mediante una vía que intenta cambios de gobierno de forma expedita o buscando su desgaste para revertirlos por vías electorales. Estas políticas refuerzan el concepto de que el principal enemigo de la izquierda y de nuestros pueblos es el Imperialismo”.

Essa análise informa, direta ou indiretamente, uma estratégia de aliança com a burguesia local ou, *si se quiere*, nacional, uma estratégia de retomar o período anterior, de reconstituir o “desenvolvimento” perdido.

Tal busca por mais um novo “projeto de desenvolvimento” está presente, por exemplo, Manifesto das Fundações vinculadas ao PT, PDT, PCdoB, PSB e PSOL, lançado em fevereiro de 2018, e também num texto de João Pedro Stédile, publicado em 30 de setembro de 2019 na *Folha de S. Paula*, texto este titulado “Uma crise grave e sem saída à vista”. Neste texto, Stédile – fenomenal liderança popular do campo da esquerda – começa dizendo: “O Brasil vive uma crise profunda. A estagnação da economia, decorrente da dependência do capitalismo mundial, impôs uma grave crise social. Mais desemprego, perda de direitos, precarização e achatamento salarial. Essa situação resultou na atual crise política, em que o governo não representa os interesses da maioria do povo e da nação”. Se tomamos esta afirmação inicial, por exemplo, que embasa o resto do texto, de que a crise e a estagnação são decorrentes da dependência do capitalismo mundial, caberia a seguinte crítica: a dependência, assim como o imperialismo, é um pressuposto da forma como concretamente existe o capitalismo na América Latina e, como tal, não pode ser apontada como causa.²

Retomando o texto de Stédile, ao final propõe: “A verdadeira saída é construir um programa de desenvolvimento baseado na reindustrialização, no controle dos bancos, no investimento na produção, na agricultura de alimentos e no mercado interno”. Uma “saída” que seria uma espécie de “novo-novo-desenvolvimentismo”, porém numa conjuntura em que, tudo indica, essa possibilidade histórica está esgotada. Afinal, a burguesia, que precisaria entrar neste programa, parece mais disposta a recebê-lo na bala do que conversar sobre um programa de desenvolvimento.

Em síntese, a chave do “retrocesso” – bem como a noção do “imperialismo” como *causa* da conjuntura atual – tem constituído um problema para as análises atuais, pois informam uma prática tática equivocada nos termos da esquerda em geral. Pois bem, assim como as contribuições da teoria *marxista* da dependência em seu momento contribuíram para analisar a conjuntura pós-golpe de 1964 e apontou para o esgotamento da estratégia democrático-burguesa ou democrático-nacional, esta tradição pode contribuir para o entendimento da conjuntura atual para além da ideologia do desenvolvimento e do esgotamento da estratégia democrático-popular. E tal contribuição passa pelo entendimento de que os “retrocessos” políticos e econômicos que estamos vivendo são fruto precisamente do *desenvolvimento* capitalista do período anterior, e não de sua suposta interrupção.

² Tal questão também faz remontar ao período logo após o golpe de 1964, mais precisamente de um texto de Ruy Mauro Marini, escrito em 1965, titulado “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, que assim começa: “Parece-nos que nenhuma explicação sobre um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo” (2017, p. 73). Marini está fazendo uma análise da conjuntura do golpe de 64 e criticando as teses que colocam no imperialismo sua explicação.

A partir dessas considerações, este ensaio procura oferecer alguns elementos para fundamentar a hipótese de que a chave do retrocesso é uma faceta da ideologia do desenvolvimento – muito enraizada na história do pensamento econômico –, trazendo consequências políticas problemáticas ao informar práticas equivocadas para o próprio campo da esquerda.

Para isso, na primeira seção o artigo aponta, tanto em termos históricos quanto na história do pensamento econômico brasileiro, para alguns aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento. Em relação à história do pensamento econômico, toma-se como exemplo ilustrativo, mas também representativo, algumas passagens de Celso Furtado, o mais importante economista brasileiro. A ideia aqui é mostrar como na figura mais expressiva do pensamento e ação desenvolvimentista está presente um sentido de percepção da conjuntura que, de forma indireta e seguramente a contragosto, acaba por separar a economia da política, na medida em que perde de vista que o desenvolvimento econômico (*capitalista*) aprofunda o poder da burguesia – que na atual conjuntura impõe suas pautas para além das divergências entre suas frações.

Na segunda seção, ainda retomando inicialmente a Furtado, discute-se a tendência – real porém equívoca – da separação entre economia e política (ou entre exploração e dominação) própria do capitalismo. É destacado nesta parte como o marxismo, em sua perspectiva da totalidade, supera essa separação e oferece uma percepção de compreensão transformadora da realidade de forma unitária e coerente. E na terceira seção, busca-se recuperar a tradição marxista para ir além da ideologia do desenvolvimento, abrindo um debate – presente nas considerações finais – sobre a necessidade de superar esta ideologia para que possamos analisar melhor a conjuntura e, assim, informar melhor nossas práticas políticas no campo da esquerda.

Resta informar, de antemão, que se trata de um texto inacabado, cuja unidade ainda está pouco trabalhada, pois reúne um escrito de 2015 – como parte de um trabalho mais amplo, de tese, não publicado – com reflexões atuais, na intenção de vincular a formulação teórica com a prática política, neste caso através de reflexões indiretas em torno da análise de conjuntura e sua potencialidade para informar determinados posicionamentos táticos e estratégicos.

1. Aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento na história brasileira e na história do pensamento econômico brasileiro

Uma vez enraizada durante a década de 1950, questionada entre a década de 1960 e 1970 e desdobrada em novos projetos político-intelectuais a partir de então – desdobramento no qual a controvérsia da dependência parece ter tido um importante papel no plano político-intelectual –, a ideologia do desenvolvimento foi hegemônica no Brasil, e segue sendo até hoje (Correa Prado, 2011; 2015; 2016). Diferentes caminhos de argumentação podem ser tomados para ilustrar esta afirmação, alguns marcados pela ausência de determinadas perspectivas e outros marcados pela presença do

horizonte utópico do desenvolvimento e da questão motora de “como se desenvolver” no debate político-intelectual brasileiro. E isso tanto no plano histórico-concreto, quanto no plano da história do pensamento, em especial do pensamento econômico.

Em termos históricos, o que predominou no Brasil no período normalmente considerado como desenvolvimentista (1930 a 1980) foi uma espécie de “desenvolvimentismo militar”, cuja matriz teórica e estratégica consiste na “teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve um papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985” (Fiori, 2014 [2011], p. 105). Nesta chave de leitura, é possível identificar que

O desenvolvimentismo militar deu seus primeiros passos no Brasil com a Revolução de 1930 e com o Estado Novo, mas só nos anos 1950, sobretudo depois da criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, se transformou numa ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da “defesa nacional” (*Idem*).

Daí o binômio central da ditadura, já presente também de forma explícita no governo de Juscelino Kubitschek: segurança e desenvolvimento. E se bem o objetivo declarado dos formuladores do desenvolvimentismo militar fosse a “soberania nacional”, sua atuação no fundo contribuía para dar condições políticas propícias para uma nova escalada da acumulação de capital no país, no bojo de uma reconfiguração da dependência, processo no qual a ideologia do desenvolvimento cumpriu um papel fundamental³.

Contudo, é interessante notar que na maioria das análises sobre o período desenvolvimentista (ou mesmo sobre o ideário desenvolvimentista) está ausente essa percepção geopolítica, que ressalta a centralidade da perspectiva militar entre os diferentes projetos desenvolvimentistas. Em geral, o pensamento econômico no Brasil trata o desenvolvimentismo – tanto como projeto quanto como processo histórico no qual um (ou mais) projeto(s) desenvolvimentistas orientaram a lógica de reprodução social, e que abarcaria o período de alto crescimento econômico brasileiro verificado

³ Sobre este ponto em relação ao governo JK, ver Limoeiro Cardoso (1977). Quanto ao binômio segurança-desenvolvimento durante a ditadura empresarial-militar, é bastante elucidativo, como exemplo pontual entre tantos outros, o discurso pronunciado pelo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Escola Superior de Guerra, então como primeiro Presidente da ditadura empresarial-militar implementada em 1964, conforme a transcrição feita em “Castello: a segurança é defensiva”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 de março de 1967: “Desenvolvimento e segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico porque o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do país. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas, que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. E não só das instituições políticas, que condicionam o nível e a eficiência dos investimentos do Estado, mas também das instituições econômicas e jurídicas que, garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionam, de seu lado, o nível e a eficácia dos investimentos privados” (Castello Branco, 1967, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1967, *apud* Ianni, 1984, p. 64). Para mais detalhes sobre as relações entre Segurança e Desenvolvimento do ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional forjada no bojo da Escola Superior de Guerra, ver diretamente seus *Fundamentos da doutrina e Complementos da doutrina* (Escola Superior de Guerra, 1981a; 1981b), textos cujo conjunto “procura sintetizar aquilo que, ao longo de três décadas, [a ESG] vem elaborando”. Para uma análise sobre *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, ver Rizzo de Oliveira (1978).

entre 1930 a 1980 – como se tivesse ocorrido *apesar* das ditaduras de 1937-45 e 1964-85/88, e não *como resultado delas* – e de suas políticas de arrocho salarial, censura, repressão política e sindical, torturas e desaparecimentos. O tom normalmente apologético do crescimento econômico brasileiro entre 1930 e 1980 – entremeado pela “crise” dos anos 1960 – às vezes é matizado com ressalvas sobre o caráter “autoritário” ou “burocrático” desse “desenvolvimento”, um desenvolvimento que teria se perdido com a crise da dívida da década de 1980 – a “década perdida”, como a denominou a CEPAL (2000 [1990]), a mesma década da redemocratização –, e que deveria ser retomado e inclusive teria sido retomado nos anos 2000. Enfim, uma leitura da história brasileira totalmente adequada à ideologia do desenvolvimento.

Ainda no plano histórico, tão importante quanto a centralidade dos militares e das ditaduras no *processo histórico* normalmente denominado de “desenvolvimentista” é a presença constante e fundamental do “desenvolvimento” como horizonte em todos os *projetos políticos* que alcançaram o governo (e na maioria dos casos também o poder)⁴ desde 1950 até hoje – e isso apesar de suas diferenças, que não são nada desprezíveis. Enraizada no Brasil há aproximadamente 65 anos, a ideologia do desenvolvimento foi capaz de definir o marco nos quais a política e o pensamento se moveram – e ainda se movem.

Reitero que nesse período há diferenças importantes entre os vários projetos ou ideários que chegaram ao governo e até mesmo conseguiram deter camadas importantes do poder – projetos ou ideários que se traduzem em táticas e estratégias políticas e que implicam uma leitura histórica, conjuntural e de futuro, bem articuladas entre si. Tais diferenças não podem ser menosprezadas e, embora circulassem dentro da órbita da ideologia do desenvolvimento, alguns foram excluídos do debate político e intelectual do país, defenestrados da cena política como resultado das muitas disputas de interesses e da luta de classes. Isso é perfeitamente apontado por Miriam Limoeiro Cardoso numa entrevista relativamente recente sobre a “Ideologia persistente do desenvolvimento” (2013). Vale a pena citá-la extensamente (*Ibid.*, p. 211-212):

O desenvolvimentismo se esgotou na década de 1970. A ideologia do desenvolvimento, no entanto, persistiu e ainda persiste, embora por razões que não são mais as mesmas, sob condições historicamente diversas.

No Brasil, pelo menos desde o governo Juscelino Kubitschek, temos pensado politicamente dentro desta moldura ideológica. Há algumas diferenças importantes que cabe lembrar, sem deixar de esclarecer, no entanto, que se trata de perspectivas diferentes, sim, mas dentro do marco ideológico que se tornava dominante. Mesmo assim foram colocadas à margem do debate, da cena política, ou mesmo da vida. No plano político institucional brasileiro, algumas dessas perspectivas diferentes merecem ser mencionadas: o governo Jânio Quadros, que propunha desenvolvimento nacional, sem abrir mão da soberania nacional: foi excluído por uma “renúncia”, até o momento não estudada devidamente, e ainda não esclarecida; o governo João Goulart, que também pretendia desenvolvimento nacional e soberano, além do que concentrava toda a ênfase na necessidade imperiosa e urgente das chamadas “reformas de base”: foi deposto por um golpe de Estado, que instalou uma ditadura civil-militar que recuperou o desenvolvimentismo como ideologia e como política, com a importante diferença, com relação ao governo JK, de instaurar o terror de Estado visando eliminar, no limite fisicamente (por meio da perseguição, prisão, tortura, assassinato, “desaparecimento”), qualquer “resistência” minimamente significativa. No plano da concepção crítica encontramos alguns poucos intelectuais (acadêmicos ou militantes) e alguns poucos

⁴ Para uma visão sintética sobre o Estado capitalista, na qual se caracteriza a diferença entre governo e poder, ver Osorio (2014).

agrupamentos políticos à esquerda. De todo modo, somente muito poucos conseguiram perceber e expor o desenvolvimento como ideologia do grande capital.

As diferenças mencionadas opunham-se ao desenvolvimento tal como tinha sido posto em curso, mas não conseguiam escapar de manter o desenvolvimento como objetivo, o que demonstra a eficácia daquela ideologia. A grande diferença é que defendiam um desenvolvimento autônomo, dirigido pelo próprio país, resguardando a soberania nacional. Não se davam conta do que “o desenvolvimento” significava naquele momento para o capital.

“O desenvolvimento”, que se tornara política de Estado dos Estados Unidos, visava expandir o capitalismo como sistema pelo mundo, sistema que era integrado e que era preciso a todo custo manter bem integrado: deveria ser capaz de integrar a ele novas áreas, sempre sob a direção e o comando do grande capital que promovia esse projeto. Assim o sistema capitalista seria fortalecido e se consolidaria a hegemonia norte-americana nesta nova expansão mundial do capitalismo. Deste modo, o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que, portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia. Diante deste significado extraordinariamente importante e estratégico, a perspectiva de um desenvolvimento autônomo constituía uma contradição e uma obstrução inaceitáveis para o capital.

Em suma, quase todos os projetos políticos que perpassaram a história brasileira após a segunda metade do século XX, apesar de suas diferenças, não escaparam de manter o desenvolvimento como horizonte utópico, o que revela a eficácia e a hegemonia da ideologia do desenvolvimento (Correa Prado, 2015, p. 37 e seguintes).

No que se refere ao plano político-intelectual, um dos aspectos da ideologia do desenvolvimento é a circularidade oriunda do amálgama entre projeto, processo e horizonte do desenvolvimento, como se fosse necessário um projeto de desenvolvimento, para o que o país passasse por um longo período de desenvolvimento até se tornar desenvolvido.

Esta circularidade da ideologia do desenvolvimento está claramente presente, por exemplo, em Celso Furtado, um dos maiores intelectuais brasileiros de toda a segunda metade do século XX e considerado unanimemente (com razão) o mais brilhante economista brasileiro. Em sua obra há inúmeros exemplos da identificação unitária entre processo histórico de desenvolvimento, projeto para o desenvolvimento e, claro, o horizonte utópico do desenvolvimento. Como se trata de uma obra vasta e complexa, lê-la nesta clave exigiria um trabalho à parte, mas convém apontar alguns exemplos.

Mesmo quando declaradamente defende a *não-reprodutibilidade* dos processos históricos de “desenvolvimento”, em sua prática discursiva Celso Furtado incorre na identificação antes descrita. Algo claramente presente em uma de suas obras seminais, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009 [1961]; itálicas minhas). Note-se: “Como *fenômeno específico* que é, o subdesenvolvimento requer um *esforço* autônomo” (p. 172); “Em uma *economia desenvolvida*, o avanço tecnológico realiza-se de forma gradual: uma melhora nos métodos de mecanização agrícola pode acarretar a substituição de um trator por outro mais eficiente; o barateamento de determinado tipo de fertilizante pode significar a incorporação de terras antes utilizadas em criação extensiva, etc.” (p. 176); “Constitui *característica geral das economias subdesenvolvidas* um grau elevado de dependência do processo de formação de capital com respeito ao intercâmbio externo” (p. 182); “*Sintetizando o desenvolvimento no que vai do século XX [até 1960]*, podemos dizer que (a) a estrutura econômica

colonial foi superada e (b) a etapa das pressões inflacionárias incontíveis chegou ao seu apogeu, devendo entrar em declínio” (p. 213); “[...] desde já podemos estar seguros de que *o desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições* para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais” (p. 234). Nessas passagens, o desenvolvimento é visto como diferente do subdesenvolvimento (este merece uma teorização própria), mas teria ocorrido até 1960 nos países subdesenvolvidos (embora com características específicas); o desenvolvimento deve e pode ser alcançado (afinal, existem economias desenvolvidas, nas quais o avanço tecnológico é gradual e harmônico), porém sob a condição de que as massas urbanas e rurais participem de seus frutos, sendo tal participação a um só tempo meio e objetivo. É a circularidade perfeita para a ideologia do desenvolvimento.

Em outra de suas obras fundamentais, *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, Celso Furtado chama a atenção para o fato de que

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto pelo menos nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (1974, p. 14).

Todo seu esforço nesse livro está direcionado, pois, a criticar e superar esse mito, sem ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento, onde o “parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno”, estando ainda “ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia” (*Ibid.*, p. 20-21); e mais: “o que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade” (*Ibid.*, p. 25). Haveria, pois, uma tendência à concentração nas economias periféricas e subdesenvolvidas (*Ibid.*, p. 43):

Não havendo conhecido a fase de formação de um sistema econômico nacional dotado de relativa autonomia – fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar a tecnologia [nas economias centrais] –, as economias periféricas conhecem um processo de agravamento das disparidades internas à medida que se industrialização guiadas pela substituição de importações.

Partindo de um diálogo crítico com o estudo titulado *The limits to growth*, publicado em 1971 – segundo o qual, na síntese de Furtado, caso o desenvolvimento econômico se concretizasse para todos os povos da terra “a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem [...] que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (1971, p. 17) –, e com base numa análise histórico-estrutural própria sobre as fases de industrialização no centro e na periferia ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, sobre a tensão entre

a crescente força social das multinacionais e o papel dos Estados – tanto nos Estados Unidos (como centro hegemônico, embora sob contestação), quanto na periferia (cuja importância passa ser cada vez maior, dada a dependência do centro de recursos não-renováveis da periferia, bem como a oferta nesta de mão de obra barata) –, e sobre a tendência à disparidades sociais cada vez maiores (seja entre o centro e a periferia, seja dentro da própria periferia), Furtado identifica na exclusão dos “benefícios do desenvolvimento” um fator chave para explicação das tendências mundiais (*Ibid.*, p. 74):

[...] se observamos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observamos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. [...]

O horizonte de possibilidades evolutivas que se abre aos países periféricos é, sem lugar a dúvida, amplo. Num extremo, perfila-se a hipótese de persistência das tendências, que prevaleceram no último quarto de século, à intensa concentração da renda em benefício de reduzida minoria; no centro está o reforçamento das burocracias que controlam os Estados na periferia – tendência que se vem manifestando no período recente –, o que leva a uma melhora persistente nos termos de intercâmbio e a uma ampliação da minoria privilegiada em detrimento do centro do sistema; no outro extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento, o que tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento. Esta terceira possibilidade, combinada com a melhora persistente nos termos de intercâmbio, corresponde ao mínimo de pressão sobre os recursos, assim como a persistência das tendências atuais à concentração da renda engendra o máximo de pressão.

Mesmo fundamentando parte das tendências que visualiza no processo de exclusão dos “frutos” ou “benefícios” do desenvolvimento – sendo que este poderia ser reorientado por mudanças substantivas –, a conclusão geral que surge de suas considerações “é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (*Idem*). Isso o leva a reafirmar, agora sob novas bases, nas quais se considera a especificidade do subdesenvolvimento, que

[...] o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, *as exportações* e o *crescimento*. A importância principal do modelo de *The limits to growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista (*Ibid.*, p. 75).

Há dois pontos interessantes nesse livro que evidenciam aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento.

O primeiro deles, mais intrincado e menos perceptível, está relacionado com a ideia de que o desenvolvimento, embora tenha frutos benéficos, é no fundo um mito. Ao longo do livro, em diversas pontos Furtado descreve a evolução do sistema industrial dos países centrais *desenvolvidos* como algo mais homogêneo e cujos frutos da acumulação e do progresso técnico se propagam para suas respectivas populações, em suma, como algo positivo, que contrastaria com o subdesenvolvimento,

por exemplo no caso do “modelo brasileiro”, com sua “tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (*Ibid.*, p. 112). Furtado identifica essa disparidade ou desigualdade não na essência, mas apenas na *forma* da acumulação capitalista (em geral descrita por ele de forma análogo ao processo de desenvolvimento). Daí que seja possível manter e disputar outros modelos de desenvolvimento, embora esse mesmo horizonte possa ser reconhecido como um mito.

O segundo ponto, mais evidente e mais importante, é que Furtado identifica claramente o desenvolvimento como parte de um sistema de dominação, mas o faz apenas para o plano interestatal, e não para o plano nacional, interno. Seu papel se limitaria à dominação dos povos dos países periféricos pelos países centrais.

Aliás, isso fica muito ainda claro em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), outro de seus livros mais instigantes. No capítulo deste livro em que descreve o percurso “Da ideologia do progresso à do desenvolvimento”, Furtado emparelha a ideologia do progresso à hegemonia da Inglaterra e a do desenvolvimento à dos Estados Unidos, definindo cada uma da seguinte forma (1978, p. 77-79):

Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação do poder [isto é, no centro], a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. [...]

O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela ideia mais mobilizadora de *desenvolvimento*. [...] Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a se controladas do exterior. Se o objetivo estratégico é acelerar a acumulação, todo aporte de recursos forâneos é *positivo*. Pelo mesmo caminho justifica-se a concentração de renda: são os ricos que têm capacidade de poupança. [...]

Desta forma, a ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito, inserido no quadro da dependência externa. A ideia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos. [...] A ideia de progresso foi o cimento de uma superideologia que injetou um fio de solidariedade entre grupos sociais que fatores econômicos objetivos de monta levavam a conflitar. [...]

O problema é que Furtado não percebe que, além de ter tido esse papel, a ideologia do desenvolvimento também na periferia serviu “para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos”. Além disso, mais problemática é a disputa que mantém em torno do horizonte do desenvolvimento, apesar daquela característica ideológica que ele mesmo havia percebido. Ao final do mesmo texto, Furtado afirma (*Ibid.*, p. 80):

Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento.

Ao disputar o *desenvolvimento* como horizonte, colocando o “autoritarismo” como “bloqueio” do “verdadeiro desenvolvimento”, Furtado oferece a postura precisa da ideologia do

desenvolvimento: o desenvolvimento deveria ser almejado, porém historicamente fora frustrado pelo autoritarismo (e também por outros elementos, como os padrões de consumo das elites, para não reduzir seu pensamento àquela frase), e uma vez superados os *limites ou obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento*, este deverá ser alcançado, expressando “a capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade”. Novamente aparece aqui o amálgama entre processo histórico, projeto político e horizonte de desenvolvimento. Em outra chave, a particularidade das economias desenvolvidas (enquanto sociedades possibilitadas de encontrar soluções originais para seus problemas) seria o modelo para as economias subdesenvolvidas, constituindo-se o desenvolvimento, em suas variadas formas, como um horizonte universal.

No conjunto de aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento, evidencia-se a tendência – demasiado comum no debate político-intelectual brasileiro, *inclusive no campo da esquerda progressista e, o que é mais grave, também da esquerda socialista e comunista* – a disputar diferentes projetos de desenvolvimento evadindo os questionamentos básicos: desenvolvimento em nome de quem, para quem e para quê? E as análises da sociedade em que tais questões não aparecem ou não são centrais em geral separam, implícita ou explicitamente, a economia da política, a acumulação de capital da questão poder ou a exploração da dominação.

2. Marxismo(s) e a tendência à separação entre economia e política

Como se sabe, desde a morte de Marx, em 1883, até hoje, houve (e segue havendo) inúmeros “marxismos”, geralmente definidos com adjetivos às vezes caricatos, outras vezes até condizentes com o sentido geral que se busca lhes atribuir: positivista, socialdemocrata, revolucionário, reformista, ortodoxo, crítico, ocidental, vulgar, chinês, soviético, latino-americano, terceiro-mundista, manualesco, evolucionista, renovado, acadêmico, analítico, heterodoxo, economicista, historicista, mecanicista e por aí vai.

Isso se deve, em grande medida, a uma característica fundamental da *tradição marxista*, na qual todos se inserem: a crítica teórico-prática marxista se exerce não apenas sobre o pensamento social direta ou tendencialmente legitimador da ordem social burguesa, mas também se volta constantemente contra sua própria tradição⁵. Dito de outra forma, a tensão permanente e vital para o

⁵ A concepção de “tradição” aqui usada pode ser sintetizada nas palavras de José Carlos Mariátegui em seu texto sobre “Heterodoxia de la tradición”, de 1927 (2010, p. 160): “No hay que identificar la tradición con los tradicionalistas. El tradicionalismo – no me refiero a la doctrina filosófica, sino a una actitud política o sentimental que se resuelve invariablemente en mero conservantismo – es, en verdad, el mayor enemigo de la tradición. Porque se obstina interesadamente en definirla como un conjunto de reliquias inertes y símbolos extintos. Y en compendiarla en una receta escueta y única. La tradición, en tanto, se caracteriza precisamente por su resistencia a dejarse aprehender en una fórmula hermética. Como resultado de una serie de experiencias – esto es, de sucesivas transformaciones de la realidad bajo la acción de un ideal que la supera consultándola y la modela obedeciéndola –, la tradición es heterogénea y contradictoria en sus componentes. Para reducirla a un concepto único, es preciso contentarse con su esencia, renunciando a sus diversas cristalizaciones”. Ainda sobre o tema da tradição em relação ao marxismo, ver o capítulo sobre “Tradiciones, instituciones y formaciones” em *Marxismo y literatura*, de Raymond Williams (1988 [1977]).

marxismo entre teoria e prática revolucionária – o marxismo como filosofia da práxis – torna sempre presente sua autocrítica, iniludível ao considerar a relação desta tradição com a luta pela superação da sociabilidade própria do modo de produção capitalista⁶.

Pois bem, ao tratar dos *marxismos* tendo como pano de fundo a discussão feita até aqui sobre a ideologia do desenvolvimento, surge inevitavelmente uma pergunta: Marx e os marxismos depois dele não estariam também inseridos nesta ideologia ou para ela teriam contribuído com seu sentido de progresso, sua visão sobre a determinação econômica da sociedade e sua perspectiva positiva sobre o desenvolvimento das forças produtivas?

De acordo com Celso Furtado, haveria uma clara resposta afirmativa para tal pergunta. Em sua perspectiva (1978, p. 73-74),

O impacto da ideologia do progresso-acumulação foi tão profundo e abrangente que impregnou inclusive o pensamento revolucionário surgido da luta de classes e orientado para a destruição da ordem capitalista. A sua incorporação ao pensamento revolucionário é um dos ingredientes da passagem do “socialismo utópico” para o “socialismo científico”, do pensamento de um Fourier com seu mundo simples de “paixões harmônicas”, para o das contradições sempre superadas que abrem a porta de um mundo melhor em Marx. [...]

Apoiada em uma teoria da história que obteve grande impacto ao preencher evidente lacuna das ciências sociais – e que era suficientemente vaga para adaptar-se a uma multiplicidade de situações e jamais poder ser contestada –, a ideologia do “socialismo científico” desempenhou um papel da maior relevância na difusão da civilização industrial [leia-se: modo de produção capitalista] em áreas em que fora débil ou nulo o processo da revolução burguesa: áreas com grande atraso relativo na acumulação; e também na luta contra a dependência externa nos países submetidos a jugo colonial, ou seja, ali onde a dependência foi efetivo empecilho à difusão da civilização industrial.

Certamente há diversas outras análises que se enquadram nessa linha de argumentação⁷. Mas o exemplo anterior é suficiente e relevante, pois está plenamente situado no bojo das diferentes controvérsias que giram em torno do “desenvolvimento”. O interessante é que essa linha de argumentação – que responderia “sim” àquela pergunta inicial sobre a influência de Marx e dos

⁶ Vale lembrar neste sentido uma das passagens célebres de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011, p. 30): “[...] as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas, recuam repetidamente ante a enormidade ainda mais difusa de seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno e em que as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta* [Aqui é Rodes, salta aqui mesmo!] *Hier ist die Rose, hier tanze!* [Aqui está a rosa, dança agora!]”. Cesare Luporini apresenta bem esse ponto, ao discutir a *Dialética marxista e historicismo* (1969, p. 09): “El marxismo es una concepción signada originariamente, y de un modo especial, por una marcada historicización de sí misma, de su propia génesis y raíces. Este aspecto está estrechamente ligado con su carácter *revolucionario*, además de ser, indudablemente, un elemento específico de su *cientificidad*; pero puede dar lugar a muchos equívocos o a falsas sugerencias en el plano sistemático”.

Para uma visão sintética e precisa sobre a impossibilidade de cindir a teoria crítica marxista de sua perspectiva de superação da ordem burguesa existente, ver a “Apresentação da Carta de Marx a Engels em 07 de Dezembro de 1867” feita por João Leonardo de Medeiros e Maurício Vieira Martins (2014) – e ver também a própria carta, claro.

⁷ Neste mesmo sentido argumenta José Luís Fiori, ao unificar Marx, Hume, Smith, Ricardo, Malthus e Stuart Mill ou mesmo “todos os autores clássicos, entre o fim do século XVIII e meados do século XIX” numa mesma chave de leitura, marcada pela profecia não cumprida da homogeneização e universalização da riqueza em escala mundial (1999, p. 14-15). Ainda segundo Fiori, Marx teria “uma visão linear que lhe permite dissolver o problema das relações conflitivas ou mesmo contraditórias entre as tendências unificadoras de homogeneização internacional das novas tecnologias e a competição entre os Estados nacionais” (*Ibidem*, p. 19).

marxismos na formação da ideologia do desenvolvimento – toma como parâmetro certas concepções que, de fato, a partir do marxismo historicamente contribuíram para formar a ideologia do desenvolvimento.

Neste sentido, a interpretação de Furtado está parcialmente correta ao apontar em Marx e no marxismo um possível sentido *positivo e homogeneizante* relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. Mesmo porque, dentro da tradição marxista houve e há leituras que conferem tal sentido à história do desenvolvimento capitalista e que, no fundo, tendem a confundir este desenvolvimento capitalista com o “progresso” ou, após a segunda metade do século XX, com o “desenvolvimento”, entendidos num sentido eminentemente positivo e não dialético. Tais leituras em geral são *economicistas*, ao tomar o marxismo meramente como uma perspectiva fundamentada sobre o “fator econômico”, composto pelas relações de produção e pelas forças produtivas – estas últimas entendidas simplesmente como instrumentos tecnológicos. Um “fator econômico” que seria, em tais leituras, o fator principal e determinante, acompanhado pelos fatores político e cultural – vistos como reflexos secundários –, e que, ainda nessas leituras, teria um “desenvolvimento” histórico linear e ascendente. São também leituras *mecanicistas* na medida em que privilegiam um “fator” como prioritário, porém sem considerar distintas mediações, e veem a história como uma marcha contínua em si mesma, como uma espécie de locomotiva cujo motor seriam as contradições – para além da prática – entre as forças produtivas (igualmente tomadas como instrumentos técnicos, divorciadas de classe trabalhadora) e as relações de produção (assim vistas como a relação entre o ser humano e um instrumento e não como relação entre seres humanos). Tendem a ser também leituras *eurocêntricas e evolucionistas*, na medida em que a suposta marcha da história mundial seria ascendente, tendo em vista a necessidade e progressividade do capitalismo nos mesmos moldes de suas particularidades na Europa ocidental, em geral tomada de forma idealizada, como se Marx tivesse formulado uma filosofia da história e como se esta suposta filosofia fosse ingênua e essencialmente otimista em relação à modernidade capitalista, numa linha no fundo apologética ao próprio modo de produção capitalista. Tudo isso confere a tais leituras um caráter eminentemente *reformista*, segundo o qual seria possível transformar o mundo no sentido do socialismo e inclusive construir o comunismo sem revolução, sem enfrentamentos radicais, sem choques violentos entre as classes dominantes e as classes dominadas, enfim, sem a tomada do poder por estas classes⁸.

⁸ Esta síntese sobre diferentes marxismos se baseia na leitura – sempre particular – do brilhante livro de Néstor Kohan titulado *Nuestro Marx* (2011). No que segue, compartilho também a hipótese central deste livro, que “sostiene que en el pensamiento de Karl Marx existe no sólo una teoría de la explotación económica – centrada, como reconocen hasta sus impugnadores más acérrimos, en la teoría de la producción y extracción de plusvalor – sino también una teoría de la dominación política. Marx constituye, según nuestra hipótesis principal, un teórico de la explotación pero también un pensador de la dominación” (Kohan, 2011, p. 89).

Tomados em conjunto e lidos numa grande angular, parece haver um elemento unitário entre esses marxismos: *a ausência, redução ou separação da questão do poder em relação à acumulação de capital*⁹.

Daí a concepção facilmente encontrável em diferentes contribuições político-intelectuais, tanto dentro quanto fora da tradição marxista, segundo a qual esta tradição tem pouca ou nenhuma contribuição a dar sobre o poder, sendo apenas uma reflexão em torno das relações econômicas¹⁰. Uma concepção que acaba por reificar, nesse mesmo plano político-intelectual, a tendência própria do modo de produção capitalista à separação, enquanto “aparência objetiva”, entre economia e política, entre exploração e dominação ou mesmo entre poder e acumulação de capital, como se fossem esferas sociais à parte, reformáveis cada uma a seu modo.

Este ponto merece atenção especial, pois, ao que parece, tal separação está no cerne dos limites implicados naquelas possíveis leituras marxistas. Entretanto, e não paradoxalmente, dentro da mesma tradição marxista diferentes autores, com diversas posturas político-estratégicas, têm contribuições sobre este tema, criticando precisamente a referida separação.

Conforme aponta José Aricó no início de suas *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo* (2012 [1976-77], p. 09):

El tema de la relación entre economía y política en el marxismo es complejo, no sólo por la dificultad de la teoría, ni por la contradicción anotada entre teoría y movimiento, sino por un hecho central: en su propio proceso de constitución y reproducción, la sociedad capitalista escinde el campo de lo “económico” y de lo “político” como elementos absolutamente diferenciados, y los escinde no sólo en el plano de la teoría sino fundamentalmente en el plano de la realidad. En el plano de la realidad los escinde de tal modo que la propia fuerza que se supone transformadora de esta sociedad y reconquistadora de la unidad entre economía-política sufre las contingencias de esta división entre economía y política; de tal modo que el movimiento de transformación también está escindido entre la economía (función específica de las organizaciones sindicales) y la política (función específica de los partidos políticos), con las tensiones consiguientes que se crean en las relaciones entre *acción sindical* y

⁹ Ao final de sua extensa e intensa exposição, tratando dos riscos de uma leitura ingênua, determinista e que ignora a lógica expositiva de *O capital*, tendente a não considerar a centralidade de sua teoria crítica do fetichismo e do poder, Kohan se pergunta, retoricamente, e com precisão: “¿Qué lugar le quedaría entonces a la dimensión política, la dominación y el poder en esa lectura lineal y economicista? ¿Qué lugar ocuparían la lucha de clases y las resistencias anticapitalistas? Se lo admita o no, los cambios terminan concebiéndose de ese modo casi como una evolución, una especie de transformación y sucesión automática de modos de producción que se van sustituyendo unos a otros – como capas geológicas – en la historia de manera automática, sin intervención subjetiva y en escalera, de menor a mayor” (*Ibid.*, p. 730).

¹⁰ Para citar apenas um exemplo – importante, dado que se trata de um autor normalmente tido como o “pai” do realismo no século XX – esta é a concepção defendida por Hans Morgenthau, para quem a “teoria marxista repousa sobre a convicção, que serve de fundamento para todo pensamento marxista, de que todos os problemas políticos constituem o reflexo de forças econômicas” (2003 [1946-1985], p. 103; a primeira edição é de 1946, mas o livro teve várias edições, que incorporavam novas revisões feitas pelo autor, sendo a última de 1985). Outros exemplos dessa concepção sobre a tradição marxista – inclusive dentro dela – são descritos e criticados por Kohan (2011) e, de forma mais pontual e menos sugestiva, por Sánchez Vásquez (2006). A título de exemplo, Kohan comenta algo que em sua pesquisa se revela com detalhe: “durante mucho tiempo, por lo menos desde el período 1975-1977, a partir de las impugnaciones liberales de Norberto Bobbio (y de algunos que le siguieron el paso acompañados de nombres académicos prestigiosos como Althusser, Foucault, Cacciari y Colletti) se sostuvo livianamente que en Marx no existe una teoría política del poder, la dominación ni el Estado. Alegre afirmación que hoy continúa repitiéndose de manera mecánica en la Academia sin mayores explicaciones [...] Para haber podido sostener semejantes hipótesis hubo que violentar *El Capital* e incorporarlo por la fuerza al lecho de Procusto del economicismo más mezquino, ramplón y mundano. Una operación que tuvo y tiene como consecuencia necesaria, por ejemplo, el ‘olvido’ de la equiparación que Marx realiza entre la sociedad capitalista y el ejército y su reflexión sobre la relación social de capital comprendida como una relación atravesada por múltiples relaciones jerárquicas de poder” (2011, p. 734).

acción política, entre *partido político* y *sindicato*, entre propuesta de cambio en el plano económico y propuesta de cambio en el plano político.

Elemento similar é apontado também por Ellen Meiksins Wood em seu livro *Capitalismo contra democracia*, mais especificamente no capítulo sobre “A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo”, onde a autora também aborda o tema a partir da seguinte colocação (2011 [1995], p. 28):

[...] a questão é explicar como e em que sentido o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e o político – como e em que sentido questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção e a apropriação, ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para uma outra esfera.

O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – segredo que a economia política ocultou sistematicamente, até tornar-se incapaz de explicar a acumulação capitalista – refere-se às relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho. Esse segredo tem um corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade – o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação. [...]

A própria estrutura do argumento [em *O capital*] sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é *político*.

Contudo, e conforme a autora anota na sequência, o problema é que “isso nem sempre foi verdade no marxismo depois de Marx” (*Idem*). Seja pela aproximação dicotômica e mecânica à metáfora “base” e “superestrutura”, seja pela tentativa de analisar tecnicamente o circuito do capital, o fato é que, no plano teórico-subjetivo, parte da tradição marxista “perpetua as práticas ideológicas que Marx atacava, práticas que confirmavam para a burguesia a naturalidade e a eternidade das relações de produção capitalistas” (*Ibid.*, p. 29). O ponto fundamental reside em que “um modo de produção é não somente uma tecnologia, mas uma organização social da atividade produtiva; e um modo de exploração é uma relação de poder” (*Ibid.*, p. 33). Isso apesar da *aparência objetiva* de que a exploração prescinde da dominação.

Há, portanto, um duplo movimento explicativo para a tendência à separação da economia e da política, que no plano político-intelectual dentro da tradição marxista conduz ao economicismo e ao politicismo: por um lado, trata-se de uma questão teórica (ou mesmo subjetiva), de diferentes leituras e entendimentos do marxismo, e, por outro lado – mais decisivo –, tal separação se fundamenta objetivamente na própria lógica de dominação e exploração capitalista.

Em relação ao problema na história do marxismo, é evidente que houve inúmeras e variadas apropriações de Marx no plano político-intelectual, sem contar suas derivações mais diretamente vinculadas à prática política, e dentre tantas apropriações, houve certamente aquelas que reafirmaram, no plano analítico – e também no plano político – a cisão dualista entre economia e política, dando margem a uma concepção dicotômica que atribui a Marx uma contribuição fundamental no que se refere ao “fator econômico” (que seria “estrutural”), ao mesmo tempo em que aponta uma ausência ou desconsideração do “fator político” (que seria “superestrutural”). Em tais apropriações

economicistas, Marx teria uma teoria da exploração, porém não da dominação ou do poder, sendo estes elementos vistos como contingentes, aleatórios ou residuais.

No entanto, e tal como afirma Néstor Kohan: “si se acepta esta visión [economicista], entonces se torna una afirmación completamente absurda sostener, como lo hace Marx, que la violencia constituye en sí misma ‘una potencia económica’” (2011, p. 741). Neste sentido, “[...] hay que esforzarse demasiado para no ver la violencia y la relación de fuerzas y de poder dentro mismo de la relación de capital” (*Idem*).

Assim, mesmo no que se refere especificamente à teoria do valor, a redução a uma concepção economicista de exploração seria equivocadamente parcializada:

[...] Cuando Marx hace referencia al valor, al dinero y al capital está pensando en relaciones de fuerzas y relaciones de poder, no solamente en relaciones “económicas”.

El valor presupone, por ejemplo, que las condiciones de existencia del trabajo vivo se han autonomizado frente al productor, han cobrado existencia propia y se le han vuelto en contra [...] Entonces las preguntas pendientes serían: ¿por qué se autonomizaron? ¿cómo fue posible que cobraran existencia propia?

Esa autonomización – condición *sine qua non* del fetichismo, clave a su vez del trabajo abstracto en tanto sustancia del valor – se vuelve posible porque ha habido toda una suerte de rupturas históricas que no se producen de manera “espontánea” y mucho menos “natural” sino de modo completamente artificial. Rupturas históricas donde interviene la violencia, el poder y el ejercicio de la fuerza material (Kohan, 2011, p. 723).

Objetivamente, contudo, é certo que no capitalismo o plano da política *parece* ganhar um caráter especial, pois o poder e a coerção sobre os quais se apoia a exploração não são direta e explicitamente acionados pelas frações da classe que se apropria da riqueza. De todo modo, o sistema de dominação não deixa de ser essencial para a acumulação de capital. Um processo que foi analisado de forma muito clara e palpável por Jaime Osorio, em texto sobre “A ruptura entre economia e política no mundo do capital” (2014, p. 146-147):

É a presença de uma *violência institucional* (consagrada por leis em um Estado de direito), de *coerção encoberta*, que explica que não seja necessário que um corpo policial retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoite para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela *violência* de despojo *ancestral*, à qual se soma agora a *violência cotidiana* (expropriação diária de mais-valor), obrigam o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco de liberdade do vendedor de força de trabalho. O que se apresenta como operações simplesmente econômicas são também operações políticas de submissão, violência e coerção encobertas.

Nesta mesma linha, o elemento objetivo desse processo de cisão entre “o econômico” e “o político” reside, portanto, na dinâmica própria do modo de produção capitalista, na qual o trabalhador individual é juridicamente “livre” e proprietário de sua força de trabalho, não podendo escapar da venda desta com a finalidade de obtenção (intermediada por dinheiro) de todas as mercadorias necessárias para sobreviver, mercadorias estas produzidas pelo próprio conjunto dos trabalhadores, porém de forma a eles estranhada.

Neste sentido, e buscando fechar o argumento, é importante marcar que:

La igualdad (del intercambio y del contrato jurídico) oculta y encubre la desigualdad (de la explotación de la fuerza de trabajo y de las fuerzas sociales enfrentadas más allá de la institucionalidad establecida por la constitución). Bajo la apariencia fetichizada del mercado, el derecho y la república parlamentaria se esconde, en todos los casos y en forma paralela, la lucha de clases. La dominación y la explotación no aparecen a primera

vista, están envueltas por la telaraña social de las relaciones mercantiles, las relaciones jurídicas y las instituciones republicanas. La sociabilidad anónima e impersonal del mercado y la pseudo comunidad genérica de la ciudadanía republicana ocultan que la auténtica comunidad de los productores libremente asociados, aplastada y triturada día a día, se torna imposible en los marcos del capitalismo. [...]

Es nada menos que ese cambio de “forma” en la subordinación aquello que caracteriza a la especificidad histórica del modo capitalista de producción. Una subordinación que bajo la apariencia de ser “libre” encierra en realidad una coacción, vigilancia y disciplina [...].

Esa concepción marxiana según la cual la categoría teórica de “capital” expresa no sólo un intercambio desigual de equivalentes, no sólo una relación (contradictoria) entre dos clases, no sólo una relación de explotación (entre poseedores de dinero y de fuerza de trabajo), sino también una relación de coerción, vigilancia, mando, disciplina, ejercicio de fuerza material, violencia, autoritarismo, despotismo, hegemonía y subordinación, resulta fundamental para comprender a fondo la empresa teórica de Marx y su concepción materialista de la historia. Sólo dando cuenta de esa doble teorización – explotación económica y dominación política – puede comprenderse que *El Capital* contenga en la elaboración de cada una de sus categorías una concepción teórica acerca de la política, la dominación y el poder (*Ibid.*, p. 711-712, 731 e 733)¹¹.

Em suma, é “porque existe esa separación violenta (reproducida cotidianamente) entre productores y condiciones de vida, estas últimas se autonomizan y se vuelven sujetos, mientras las personas se cosifican. La teoría del fetichismo, base de la teoría del valor, está entonces indisolublemente ligada a una concepción del poder” (*Ibid.*, p. 738).

E vale destacar que aqui se entende por “poder” não algo em si mesmo, mas sim uma relação, sem incorrer numa hipóstase do poder como fonte originária e explicativa do funcionamento do sistema interestatal capitalista e de todas as relações nele inseridas, e muito menos sem pensar o Estado, lócus central do poder, como um ente ou uma instituição autônoma, o que levaria ao policitismo, espelho do economicismo.

A discussão anterior é fundamental em relação à ideologia do desenvolvimento, pois apenas reificando a separação entre o econômico e o político – sem uma perspectiva da totalidade e os diferentes níveis de abstração para capturá-la, sem diferenciar o singular do universal –, somente assim é possível manter a hegemonia dessa ideologia, identificando mediata ou imediatamente os projetos dominantes que visam o horizonte utópico do desenvolvimento com os processos históricos hegemonicamente considerados como de desenvolvimento, sempre no interior do modo de produção capitalista.

3. A tradição marxista para além da ideologia do desenvolvimento

Isto posto, se aquelas interpretações sobre Marx e o marxismo e seu possível sentido *positivo* e *homogeneizante* relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial

¹¹ Portanto, “si se toma en serio en todo su peso teórico la formulación de Marx se deben extraer las inferencias que se derivan de allí para la concepción materialista de la historia y la teoría del modo de producción y la formación económico social capitalista. La principal consecuencia consiste en que Marx somete nuevamente la crítica del fetichismo. Pero ya no se trata solamente de la expresión del fetichismo que está centrada en las relaciones sociales cosificadas del mercado y regidas por el trabajo abstracto, el valor y la mediación dineraria [...], sino también del fetichismo de la política y del Estado, concebidos como instituciones separadas y completamente ‘autónomas’ de las relaciones sociales” (Kohan, 2011, p. 741).

são apenas parcialmente corretas, elas também estão profundamente equivocadas em sua generalização para todo o marxismo, pois, dentro desta mesma tradição, e inclusive – ou melhor, sobretudo – na obra de Marx, há outros sentidos de entendimento do “desenvolvimento”, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da dialética entre as relações de produção e as forças produtivas e do papel do poder na acumulação de capital (tanto dentro de cada Estado nacional quanto no sistema interestatal). Outros sentidos eminentemente críticos, negativos, não utópicos, com enormes contribuições para a compreensão do sistema interestatal capitalista e de sua superação histórica. Sentidos que partem do ponto de vista da totalidade, da centralidade do trabalho na produção social da vida e da crítica radical à sociabilidade burguesa, marcando o caráter intrinsecamente revolucionário do marxismo como filosofia da práxis. E que levariam a uma evidente resposta negativa àquela mesma pergunta que se colocou anteriormente, sobre a relação entre o marxismo e a ideologia do desenvolvimento. Na verdade, apenas o marxismo e sua perspectiva crítica parece ser capaz de compreender e superar tal ideologia em todas suas dimensões.

E nisso é fundamental a discussão sobre o significado ou a utilização da própria noção de desenvolvimento em Marx, em comparação com sua utilização generalizada na teoria econômica, sobretudo quando vinculada a diferentes “teorias do desenvolvimento”. Tal comparação foi realizada recentemente por Bianca Bonente, em tese sobre *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*.

Bonente revela como nas chamadas “teorias do desenvolvimento”, sendo elas parte da teoria econômica (*Ibid.*, p. 5 e 132),

[...] o desenvolvimento é tratado, em geral, como a passagem de um estágio de privação material para um estado de plethora material, qualquer que seja o critério para avaliar essa transição (pelo produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Além disso, a formação social capitalista é tomada como um pressuposto tanto na definição dos fins (objetivos primordiais do desenvolvimento), quanto na definição dos meios (i.e., das estratégias e requisitos necessários a essa passagem). Trata-se, portanto, como dito, de encarar o desenvolvimento como o eterno desdobrar do presente e, simultaneamente, de ajuizar esse processo, explícita ou implicitamente, como positivo.

[...] A análise do “desenvolvimento” envolve, recorrentemente, a eleição de determinados critérios e parâmetros (“empiricamente observáveis”) que permitam quantificar a condição de países ou regiões em momentos diversos de sua história. Além disso, é normalmente com base na extrapolação de um desses critérios que se afirma ou nega a superioridade de povos e/ou países com relação a outros. Por fim, o conceito de “desenvolvimento” é tratado, via de regra, como um juízo de valor subjetivo: ou seja, o “desenvolvimento” é visto como algo bom, viável e desejável (e que, portanto, deve ser promovido) e sua ausência como algo ruim (e que, seguindo a mesma lógica, deve ser superado).¹²

Em contraste (*Ibid.*, p. 39 e 61), a partir de Marx e de parte do marxismo,

Ao proferir sentenças a respeito do desenvolvimento capitalista, fazemos referência à sua dinâmica objetiva de funcionamento, às tendências que regulam sua transformação ao longo do tempo, seu decurso histórico causalmente determinado. Ou seja, ao contrário do que normalmente se afirma [pela teoria econômica], o desenvolvimento capitalista *não é* entendido aqui como a passagem de um estágio de privação material (países pobres, periféricos, terceiro mundo) para o estado de plethora material (países ricos, centrais, primeiro mundo),

¹² É possível ler esse uso comum de “desenvolvimento” na teoria econômica como parte da ideologia do desenvolvimento, na medida em que, em sua valoração positiva do desenvolvimento, confunde-se processos históricos, projetos políticos e horizontes utópicos, todos girando em torno do desenvolvimento.

como quer que se meça essa transição (pelo produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Falar sobre o desenvolvimento da produção capitalista significa falar sobre a operação de suas leis em escala global. O fato de esse desenvolvimento envolver disparidades materiais apenas comprova o caráter contraditório da dinâmica capitalista, em lugar de negá-la.

[...] estudar o desenvolvimento capitalista, desde uma perspectiva marxista, significa (i) ter consciência da processualidade que caracteriza esse sistema, (ii) apreender as leis gerais de movimento da sociedade e (iii) conhecer as condições concretas de manifestação de tais leis. Nesse sentido, independentemente das consequências dessas leis gerais e de suas condições concretas (sejam elas detestáveis ou adoráveis), o que importa para a análise do desenvolvimento em si é saber se, na passagem de um período a outro, o funcionamento do capitalismo tornou-se mais ou menos adequado à lógica interna do capital.

Bonente demonstra, portanto, que em Marx “o termo *desenvolvimento* é empregado de modo plenamente objetivo, isto é, utilizado exclusivamente para se referir às propriedades objetivas de funcionamento do objeto examinado (independentemente da forma como se julguem essas propriedades)” (2011, p. 08).

Apesar disso, ou apesar do próprio Marx, a palavra “desenvolvimento” foi se tornando tão central no mundo posterior à Segunda Guerra que dentro do marxismo também se formou uma grande controvérsia sobre o tema, uma disputa em torno do seu significado e suas características. Quanto a este ponto, de acordo com Patrick Galba de Paula, em dissertação também recente – intitulada *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx* (2014) –, no interior do marxismo teriam se consolidado pelo menos duas grandes linhas de entendimento sobre o tema.

Uma delas é bem denominada de “interpretação difusionista”, “por ter a característica fundamental de atribuir ao autor [Marx] a *previsão de uma tendência de difusão do capitalismo pelo mundo, ou das relações de produção capitalistas, como sendo algo equivalente a uma difusão do ‘desenvolvimento’*” (De Paula, 2014, p. 15; itálicas do original). Uma interpretação que também

[...] buscou atribuir a Marx uma visão unilateral da expansão capitalista, onde toda e qualquer forma de subdesenvolvimento seria necessariamente uma reminiscência perene de modos de produção pré-capitalistas. Para que tal interpretação fosse possível, excluiu-se qualquer possibilidade de aplicação da teoria crítica da economia política elaborada por Marx em *O Capital* aos países e regiões subdesenvolvidos, por serem “insuficientemente capitalistas”.

[...] Marx, ao contrário, percebeu com clareza que a expansão do capital era um processo contraditório que, em diversos casos, se expressou no que seria atualmente chamado de subdesenvolvimento (*Ibid.*, p. 145).

Mas haveria também outra interpretação, que destaca uma “mudança radical em algum momento após os anos 1850, [em que] Marx teria chegado a uma noção multilinear do desenvolvimento” (*Ibid.*, p. 52). Nesta interpretação Marx teria adotado uma certa filosofia da história em momentos mais iniciais de sua obra, mas “teria efetuado uma ruptura com este tipo de concepção em algum momento que varia entre 1853 e 1877 (dependendo da versão)” (*Ibid.*, p. 51). Ao contrário dessa perspectiva, para o autor “é mais provável que [...] *apesar das contradições iniciais, Marx nunca tenha tratado o tema com um evolucionismo que implicasse numa visão histórico-filosófica e unilinear do desenvolvimento* (*Ibid.*, p. 94; itálicas do original).

Em síntese, o autor tece importantes considerações críticas a ambas as posturas: nem haveria em Marx uma filosofia da história que justificasse qualquer leitura teleológica ou linear, nem teria havido algum tipo de ruptura drástica em seu pensamento em relação ao tema do desenvolvimento. Frente a essas interpretações, a tarefa ou desafio político-intelectual mais importante seria o seguinte (*Ibid.*, p. 131):

Uma interpretação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento coerente com o método da economia política marxista [ou, mais precisamente, da *crítica da economia política* – agregado meu] deve, portanto, decorrer dos níveis mais abstratos da teoria formulados por Marx, mas ao mesmo tempo, ser capaz de mediar sua aplicação à realidade concreta através da correta tomada em conta das distintas determinações que afetam o objeto de estudo, e que não decorrem do funcionamento do capital em geral. Para esta perspectiva, tanto absolutizar as determinações específicas da concretude (as especificidades do subdesenvolvimento), quanto as determinações mais abstratas gerais, em nome de uma suposta ortodoxia (ou dogmatismo), sem localizar seu devido grau de abstração e as relações e determinações daí decorrentes, levariam à transformação do que poderia ser considerado como verdades parciais em mentiras gerais, ou nos termos usados por Marx, mistificações da realidade

Uma tarefa que, como demonstra Bonente em sua tese, passou longe das preocupações das teorias do desenvolvimento – na medida em que “*todas [essas teorias], sem qualquer exceção digna de nota, tomam o capitalismo como pressuposto de suas formulações*” (2011, p. 134; itálico do original).

Pois bem, tanto Bonente quanto De Paula, em suas discussões sobre Marx e a categoria de desenvolvimento retomam algumas considerações de György Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, incorporando a contribuição deste autor às controvérsias sobre a “classicidade” de determinados processos históricos de desenvolvimento do capitalismo, sobre o caráter ontologicamente desigual do desenvolvimento em si e do desenvolvimento capitalista em particular e, no bojo dessa discussão, sobre o equívoco termo “progresso”, que em geral carrega um sentido metafísico-positivo, não dialético¹³. Tais considerações de Lukács são incorporadas de modo preciso, crítico e criativo, respectivamente para criticar a visão de desenvolvimento na teoria econômica e nas próprias correntes do marxismo que tendem a identificar “desenvolvimento” – também entendido num sentido positivo-metafísico – com o desenvolvimento capitalista.

Tomando tais contribuições como pontos de apoio e de diálogo, a intenção aqui, contudo, é um pouco diferente: questionar o horizonte utópico do desenvolvimento e sua correlata questão motora sobre “como se desenvolver”, tanto em termos políticos quanto em sua capacidade de analisar a conjuntura. Em outras palavras, trata-se de questionar a ideologia do desenvolvimento e sua operação tendencial contrária à possibilidade político-intelectual de captar os cortes conjunturais em relação ao período histórico e ao desenvolvimento contraditório do sistema interestatal capitalista e, num maior nível de abstração ou ângulo de análise, do modo de produção capitalista. Tal capacidade

¹³ Ver Lukács (2012; 2013 [circa 1968]), em especial sua discussão sobre “Historicidade e universalidade teórica” (2012, p. 339-422).

de fazer “análise concreta da situação concreta”, por sua vez, tem desdobramentos em relação às controvérsias sobre a transição e a estratégia socialista/comunista.

No plano lógico, defender o horizonte utópico do desenvolvimento identificando-o com o desenvolvimento capitalista – tal como faz o pensamento dominante – seria algo em si mesmo sem sentido, dado que o sistema interestatal já alcançou há tempos este desenvolvimento (desigual). No plano político cada vez mais essa mesma circularidade lógica parece estar se revelando.

É claro que se deve denunciar e revelar a falácia político-intelectual da identificação de “desenvolvimento” com a expansão vertical e horizontal das relações capitalistas de produção. Mas tal denúncia não deve se limitar a disputar o horizonte utópico do desenvolvimento – tão enraizado no Brasil, ainda atualmente quase onipresente em distintos projetos políticos e, no plano político-intelectual, geralmente confundido com diferentes processos históricos. Caso o faça, implícita ou explicitamente o enquadramento analítico tenderá fortemente a cumprir uma função de ideologia, permanecendo nos limites da manutenção e do aprofundamento do atual modo de produção e reprodução social da vida. E isso vale mesmo quando o horizonte do desenvolvimento é disputado como tática necessária para uma estratégia socialista, posto que no Brasil contemporâneo o proletariado não tem a menor condição de atuar como vanguarda em uma aliança de classes com a burguesia nacional (cujas características não é aqui objeto de análise).

Neste sentido, e fazendo um paralelo com um ponto central da análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, o pensamento que informa a ideologia do desenvolvimento – com seu horizonte utópico específico e sua correlata questão motora: “como se desenvolver?” – tende a se limitar àquilo que Marx considerava, em relação à economia burguesa, como “formas del pensar socialmente válidas, y por tanto objetivas, para las relaciones de producción que caracterizan *ese* modo de producción *históricamente determinado*: la producción de mercancías” (2005, [1873], p. 93). Tais formas de pensar são socialmente válidas e nos casos mais exitosos são fundamentais como *descrição* da realidade, mas são inerentemente incapazes de incorporar, como tentativa de *explicação*, o movimento contínuo e dialético da história, o que se revela continuamente no plano da análise conjuntural.

Isso porque, como certa vez indicou Florestan Fernandes ao tratar da *revolução*, “em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem ‘simples palavras’” (1984 [1981], p. 09). No século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, a palavra “desenvolvimento” se tornou uma categoria cuja centralidade é inegável e cujo sentido dominante é eminentemente positivo, algo que deveria ser alcançado, enfim, um horizonte utópico, hegemonicamente restrito nos marcos do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e dentro dos conflitos próprios do sistema interestatal capitalista.

Vale dizer que isso não significa tentar “solucionar” pela negação a difícil controvérsia em torno do desenvolvimento das forças produtivas e as possibilidades de construção do socialismo/comunismo. Mas *passa sim pela negação da identificação automática entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento do modo de produção capitalista*¹⁴.

Também não significa negar a importância de análises comparativas entre processos históricos diferentes no bojo de uma mesma unidade de análise (o desenvolvimento capitalista em escala mundial e o sistema interestatal capitalista), superando o nacionalismo metodológico, mesmo porque é impossível prescindir do método comparativo, tanto sincrônico quanto diacrônico, no momento de fazer qualquer análise concreta – a comparação acaba aparecendo nos adjetivos de definição de alguma experiência histórica concreta. *Mas passa sim pela negação de adotar uma postura valorativa positiva sobre processos históricos particulares de desenvolvimento capitalista como se fossem universalizáveis.*

Não significa negar o desenvolvimento em si desde o ponto de vista do “pós-desenvolvimento”, que, ao incorporar elementos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo acadêmico, evita enfoques totalizantes, preza pelo ecletismo teórico, busca apenas o saber emanado dos particularismos e, no final das contas, reduz qualquer tentativa de explicação da realidade concreta aos seus elementos discursivos, mitológicos ou puramente epistemológicos¹⁵. Mas sabe-se

¹⁴ Entre tantos problemas desta identificação, há pelo menos dois que valem ser pelo menos lembrados, embora com a consciência de que seu tratamento detalhado exigiria uma tese à parte: os problemas relativos ao *estranhamento* do trabalho e à *separação entre produção e distribuição* – sendo que esta, no fundo, não passa de um corolário da separação entre economia e política. Tais questões, por certo, foram bem apontadas por Marx em diversos momentos de sua obra e aparecem condensadas numa parte de seus rascunhos, uma parte que merece ser reproduzida extensamente (2009 [1857-1858], p. 394; itálicas do original): “El *fact* de que en el desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo las condiciones laborales objetivas, o sea el trabajo objetivado, tienen que aumentar con relación al trabajo vivo [...] aparece a nivel del capital de esta manera: para él no es que un momento de la actividad social – el trabajo objetivado – se convierta en el cuerpo cada vez más poderoso del otro momento, del trabajo subjetivo, vivo, sino que – y esto es importante para el trabajo asalariado – las condiciones objetivas del trabajo asumen respecto al trabajo vivo una autonomía cada vez más colosal que se ofrece a la vista por su *very extent* [propia extensión] y la riqueza social se contrapone al trabajo en segmentos cada vez más formidables como poder ajeno y dominante. No se pone el acento sobre el *estar-objetivado* sino sobre el *estar-enajenado*, el estar-alienado, el estar-extrañado, el no-pertenecer-al-obrero, sino a las condiciones de producción personificadas, *id est*, sobre el pertenecer-al-capital de ese enorme poder objetivo que el propio trabajo social se ha contrapuesto a sí mismo como uno de sus momentos. Por cuanto a nivel del capital y del trabajo asalariado la creación de este cuerpo objetivo de la actividad acontece en oposición a la capacidad de trabajo inmediata – *in fact* este proceso de la objetivación se presenta como proceso de enajenación desde el punto de vista del trabajo, o de la apropiación del trabajo ajeno desde el punto de vista del capital –, esta distorsión e inversión es *real*, esto es, no meramente *mental*, no existente sólo en la imaginación de los obreros y capitalistas. Pero evidentemente este proceso de inversión es tan sólo una necesidad *histórica*, una simple necesidad del desarrollo de las fuerzas productivas desde determinada base o punto de partida histórico, pero en modo alguno una necesidad *absoluta* de la producción; más bien es una necesidad pasajera y el resultado y la finalidad (inmanente) de este proceso es abolir esa misma base, así como esa forma del proceso. Los economistas burguesas están tan enclaustrados en las representaciones de determinada etapa histórica de desarrollo de la sociedad, que la necesidad de que se *objetiven* los poderes sociales del trabajo se les aparece como inseparable de la necesidad de que los mismos se *enajenen* con respecto al trabajo vivo. [...] El desposeimiento del obrero y la propiedad que sobre el trabajo vivo tiene el objetivado, o la apropiación de trabajo ajeno por parte del capital – ambos hechos sólo expresan dos polos de la misma relación – son condiciones básicas del modo de producción burgués, y en modo alguno contingencias que le sean indiferentes. Estos modos de distribución son las relaciones de producción mismas, sólo que *sub especie distributionis*”.

¹⁵ Ver, por exemplo, o *Post-development reader* (Rahnema e Bawtree [eds.], 1997), bem como a síntese de Arturo Escobar (2005).

fruto do mesmo processo histórico que trouxe à tona essa visão do “pós-desenvolvimento”, e que, na América Latina, também colocou em pauta, mediante sujeitos coletivos e forças sociais – e não simplesmente através de meios acadêmicos –, as lutas e disputas em torno do *buen vivir* e do socialismo no século XXI¹⁶. Neste sentido, *passa pela crítica aos processos destrutivos – do meio-ambiente e dos espaços não totalmente subsumidos ao capital – e que limitam a capacidade da maior parte da população satisfazer suas necessidades, processos estes vinculados aos projetos políticos orientados pelo desenvolvimento capitalista.*

Tampouco significa, obviamente, negar que haja desenvolvimento (desigual) capitalista em determinados países ou regiões do sistema interestatal – tal como se buscou colocar a pecha sobre a vertente marxista dentro da controvérsia da dependência. Mas sim *passa pela negação e superação de contraposições e dicotomias equívocas* – embora muito presentes nas análises de conjuntura, nas leituras históricas e nos projetos políticos hegemônicos no Brasil (informados por essas análises e leituras) – tais como “globalização vs. desenvolvimento”, “neoliberalismo vs. desenvolvimento”, “reprimarização vs. desenvolvimento”, “leis trabalhistas vs. desenvolvimento”, “gargalos produtivos vs. desenvolvimento”, “herança colonial vs. desenvolvimento”, “latifúndio vs. desenvolvimento”, “grande capital vs. desenvolvimento”, “autoritarismo vs. desenvolvimento”, “falta de um mercado financeiro sólido vs. desenvolvimento”, “falta de educação vs. desenvolvimento”, e a lista poderia seguir *ad nauseam*. É evidente que cada uma dessas contraposições pode conter projetos políticos diferentes, mas todas remetem à naturalização do desenvolvimento capitalista e à sua qualificação apriorística como algo positivo, independentemente das contradições constitutivas do próprio desenvolvimento capitalista e de seus significados na luta de classes.

Apontar para isso, contudo, não significa acreditar que a disputa histórico-concreta em torno da ideologia do desenvolvimento se esgota na disputa político-intelectual. Mas *passa sim pela percepção de Gramsci de que “el inicio de la elaboración crítica es la conciencia de lo que es realmente, o sea un ‘conócete a ti mismo’ como producto del proceso histórico desarrollado hasta ahora que ha dejado en ti mismo una infinidad de huellas recibidas sin beneficio de inventario. Hay que hacer inicialmente ese inventario”* (1986, p. 246; itálicas minhas). E a ideologia do desenvolvimento está impregnada em nossa época, daí a necessidade de analisar sua origem,

¹⁶ Tomando um argumento de Lukács, com base em Marx, ao criticar o irracionalismo na Alemanha (1959 [1953], p. 71) : “También aquí puede aplicarse aquello que en su día dijo Marx, refiriéndose a las ‘cínicas’ teorías de la economía: que las teorías no descienden de los libros a la realidad, sino que ascienden de la realidad a los libros. El hecho de si, en una determinada época y en determinadas capas sociales, reina la atmósfera de una crítica sana, serena y objetiva, o el aire viciado de la superstición, la fe en los milagros y la credulidad irracional, no es un problema de nivel intelectual, sino de situación social. Claro está que en ello desempeñan un papel nada desdeñable las ideologías precedentes y que han llegado a conquistar una influencia, en cuanto que refuerzan o atenúan las tendencias a la crítica o a la credulidad. Pero, no debe olvidarse que la eficiencia o la ineficiencia de una tendencia del pensamiento asciende también de la realidad a los libros, y no desciende de éstos a la realidad”.

enraizamento, desdobramentos e alguns aspectos de sua hegemonia, para os quais o plano político-intelectual também cumpre um papel importante.

Finalmente, no campo da política, a crítica à disputa ou defesa do horizonte utópico do desenvolvimento não significa negar que é dentro e no meio do próprio desenvolvimento capitalista que se dá qualquer disputa pelo poder orientada para superação do próprio capitalismo e para a construção do socialismo, rumo ao comunismo¹⁷. Mas, *na tradição marxista, essa crítica deve passar pela negação da tática de conceder, manter e defender o poder de qualquer fração da classe dominante com o objetivo de acelerar o desenvolvimento capitalista e suas contradições, enquanto parte de uma estratégia de horizonte socialista/comunista.*

Nesta chave de leitura, e tendo em vista toda a discussão feita até aqui, é possível afirmar que, *a partir da tradição marxista*, atualmente é incompatível a reivindicação de uma postura crítica da sociedade com a manutenção ou disputa do “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico. Na verdade, pensando a crítica marxista naquele sentido já exposto e tomado de Bolívar Echeverría (1986 [1976], p. 50) – ou seja, como um discurso “[...] capaz de apropriarse del saber formado a partir de la objetividad capitalista, de someterlo a la acción desestructuradora de las significaciones espontáneas del proletariado y de recomponerlo de manera tal, que los vacíos dejados por el discurso burgués que lo produjo se vuelvan evidentes como sistema y constituyan, así, el saber necesario para la revolución” –, é preciso revelar como toda a problemática em torno ao desenvolvimento se tornou “un campo de acción mental encargado de preservar los valores de la clase opresora”, na colocação de Ludovico Silva ao caracterizar a ideologia (1979 [1975], p. 93). Tal problemática tende a reificar, naturalizar e desistoricizar o presente, ainda dominado pelo modo de produção capitalista. E a chave do retrocesso para a análise da conjuntura parece estar vinculada à problemática do desenvolvimento.

Considerações finais

A conjuntura atual tem exigido a reflexão em torno de uma série de “esgotamentos”, tanto em termos nacionais quanto em relação ao sistema interestatal capitalista: fala-se do esgotamento do crescimento econômico, da distribuição de renda e riqueza (se é que esta houve), da política externa relativamente mais autônoma e voltada para a América Latina, dos movimentos e partidos da esquerda anticapitalista, do “ciclo PT”, da estratégia democrático-popular, do novo-desenvolvimentismo, do neoliberalismo, dos Estados Unidos como potência hegemônica, do motor de crescimento econômico chinês, da Europa como modelo civilizatório, da modernidade, e inclusive do capitalismo. Um cenário no qual se tornou comum dizer, nem sempre com o mesmo horizonte político de Gramsci,

¹⁷ Mesmo porque, tal como já sugeriam Marx e Engels em *A ideologia alemã*: “O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes” (2014 [1845/46], p. 38).

que o velho não termina de morrer e o novo ainda está por nascer. Diferentes formas para uma narrativa cujo elemento comum é o término e/ou recomeço. E em geral aparece como término do desenvolvimento e, com isso, o retrocesso histórico.

Pois bem, tal constatação, mesmo se não for precisa, traz à tona alguns questionamentos em torno da difícil tarefa de analisar a conjuntura: como captar o movimento da realidade e suas tendências, sem cair no anúncio sempre certo – e portanto sempre equivocado, pois depende do ângulo em que se mire – de que o fim de determinado período histórico está próximo, mas também sem se limitar ao realismo ou pragmatismo do horizonte do possível e sem pisar em falso na circularidade do horizonte utópico do desenvolvimento? Como captar o presente sem reificá-lo?

Não se trata de negar que aqueles esgotamentos existem, ou mesmo, claro, que existam retrocessos políticos, como se essa chave analítica fosse mera falsa consciência ou equívoco do intelecto coletivo. Pelo contrário: se é tão comum essa percepção atualmente, é provável que algo de fato esteja se encerrando em nosso período histórico. Mas o que de fato caracteriza o atual período histórico, em particular o Brasil contemporâneo?

Embora tal questão subliminarmente tenha dado impulso constante para este texto, não se procurou aqui lhe dar resposta, mas apenas recolocar sua vigência, sugerindo que qualquer tentativa de resposta que esteja submersa na ideologia do desenvolvimento e que não parta do marxismo como crítica é, em essência, limitada e tendencialmente equivocada.

Se pautadas pelo horizonte utópico do desenvolvimento, se movidas pela questão de “como se desenvolver” e se levadas à confusão entre “processos de” e “projetos para” o desenvolvimento, as análises de conjuntura que se apresentam hoje ao debate político-intelectual seguirão pisando em falso na circularidade de suas posições, contribuindo no fundo para a manutenção da ideologia do desenvolvimento. Nesses casos, que conformam as análises político-intelectuais hegemônicas no Brasil – sobretudo naquilo que se chama de pensamento econômico –, não se abandona o terreno da ideologia do desenvolvimento e, longe de investigar seus pressupostos gerais-filosóficos, todo o conjunto de suas questões brota do solo de um questionamento determinado, isto é, “como se desenvolver” e seus desdobramentos no pensamento dominante dentro das controvérsias do subdesenvolvimento e da dependência, mais recentemente ressurgidos, após sua própria tragédia neoliberal, como a farsa do novo-desenvolvimentismo.

Dito isso, cabe lembrar uma nota de Gramsci em seus cadernos, intitulada precisamente “Estructura y superestructura. Economía e ideología”, na qual afirma: “Una fase estructural puede estudiarse y analizarse concretamente sólo cuando ya ha superado todo su proceso de desarrollo, y no durante el proceso mismo, salvo por hipótesis y declarando explícitamente que se trata de hipótesis” (1984 [1930-1932], p. 162). É possível e mesmo provável que a “fase estrutural” da ideologia do desenvolvimento no Brasil – e quiçá em toda a América Latina – esteja se esgotando

(novamente), daí a possibilidade de analisá-la criticamente. A chave do *retrocesso*, contudo, parece não contribuir muito para a superação da ideologia do desenvolvimento; parece ser, na verdade, parte dela.

Referências bibliográficas

ARICÓ, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México DF: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 2012.

BONENTE, Bianca. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2011.

CORREA PRADO, Fernando. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Revista Comunicação & Política*, vol. 29, no2, maio-agosto de 2011.

_____. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PEPI/UFRJ, 2015.

_____. Ainda sobre as questões do desenvolvimento... *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no45, out./dez. de 2016.

De PAULA, Patrick Galba. *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: consideração sobre a noção de desenvolvimento em Marx*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

Dos SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edit. Edicol, 1978.

_____. *Socialismo ou fascismo. O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Trad. Diógenes Moura Breda. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Ed. Era, 1986.

ESCOBAR, Arturo. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social”. Em Daniel Mato (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981a.

_____. *Complementos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981b.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1984.

FIORI, José Luis. “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em José Luis Fiori (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *História, estratégia e desenvolvimento. Para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do livro, 1974.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. (coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

KOHAN, Néstor. *Nuestro Marx*. Caracas: Misión Conciencia, 2011.

IANNI, Otavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel e NEVES, Victor. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista realizada por Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher”. *Em Pauta. Teoria social e realidade contemporânea*, vol. 11, n. 31, 2013.

- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. Trad. de Wanceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. *Lenin*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012a.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012b.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. de Nélio Schneider (com colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *La tarea americana*. Buenos Aires: Prometeo/CLACSO, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Trad. de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvea. 5ª ed. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2014.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Tomo 2. Trad. de Pedro Scarón. México DF: Ed. Siglo XXI, 2009.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Calvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. Trad. de Fernando Correa Prado. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2014.
- RAHENEMA, Majid e BAWTREE, Victoria. *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.
- RIZZO de OLIVEIRA, Eliezer. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SILVA, Ludovico. *Teoría y práctica de la ideología*. México: Ed. Nuestro Tiempo, 1979.